

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.066 - SP (2017/0307028-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **NEWENG CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA - ME**
RECORRENTE : **RUI VALDIR LEOTO**
ADVOGADOS : **SÍLVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP182683**
DÉA JULIANA DE OLIVEIRA ALVARES - SP206930
DANIELE FLORIDO BINOTO - SP234987
RECORRENTE : **MARCELO DOMINGUES FERREIRA**
ADVOGADO : **ROGÉRIO DAMASCENO LEAL E OUTRO(S) - SP156779**
RECORRIDO : **JOSE CARLOS STANGARLINI**
RECORRIDO : **LYDIA MARIA STANGARLINI**
ADVOGADOS : **ERNESTO TZIRULNIK - SP069034**
WOLF EJZENBERG E OUTRO(S) - SP237920

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA CONHECIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial de MARCELO DOMINGUES FERREIRA, fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo assim ementado:

"RECURSO. AGRAVO RETIDO. INTERPOSIÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL E FALTA SUPERVENIENTE DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Intimada da decisão, a parte formulou pedido de reconsideração que restou desatendido mediante simples confirmação da decisão anterior. Como não houve suspensão e nem interrupção do prazo, a interposição do agravo se deu após o esgotamento do decêndio legal. Ademais, tendo ocorrido o depósito da despesa, a título de adiantamento, falta interesse recursal para a discussão da ordem, até porque a responsabilidade pela despesa constitui objeto de análise no momento da disciplina

das consequências do sucumbimento.

RECURSOS. AGRAVOS RETIDOS. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO NA FASE DE PROCESSAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. A falta da indispensável providência da ratificação do agravo retido na oportunidade das razões ou contrarrazões de apelação enseja a impossibilidade de conhecimento do recurso.

DIREITO DO CONSUMIDOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PLEITO DE REPARAÇÃO DE DANOS SOB A ASSERTIVA DA OCORRÊNCIA DE DEFEITUOSA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AÇÃO DE NATUREZA CONDENATÓRIA SUJEITA AO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO AFASTADA E APRECIÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES. REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL, IMPOSSIBILIDADE DE DEMANDA CONJUNTA E DE ILEGITIMIDADE PARA A CAUSA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTEMENTE SEGURO PARA PERMITIR A CONCLUSÃO DE QUE HOVE FALHA NA REALIZAÇÃO DO PROJETO, NA EXECUÇÃO DA OBRA E NA FISCALIZAÇÃO, A DETERMINAR O RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS ATRASO INJUSTIFICÁVEL NA ENTREGA DA OBRA. REPARAÇÃO QUE DEVE COMPREENDER, APENAS, O CUSTO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS DESTINADOS À ELIMINAÇÃO DOS PROBLEMAS. CONSTATAÇÃO, ADEMAIS, DA OCORRÊNCIA DE DANO MORAL, A JUSTIFICAR A PRETENDIDA REPARAÇÃO. PARCIAL PROCEDÊNCIA RECONHECIDA. PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO. I. O direito à prestação reparatória está sujeito a prazo de prescrição, e não de decadência, e por isso vem indicado no artigo 27 do CDC. Os prazos do artigo 26, por serem decadenciais, relacionam-se às situações de exercício de direito potestativo, e por isso são desprovidos de pretensão, não guardando relação com a demanda aqui considerada. 2. Não se trata de hipótese de documento indispensável, pois os danos podem ser apurados pelos diversos meios de prova. 3. Não há necessidade de a petição inicial informar o valor dos danos, pois a hipótese se enquadra no âmbito do artigo 286, II, do CPC-1973, a possibilitar a formulação de pedido genérico. 4. Há legitimidade da coautora, embora não tenha contratado os serviços, pois pleiteia indenização sob a assertiva de que sofreu danos em razão dos trabalhos realizados. O corréu é legitimado para a causa, pois a ele foi atribuída a má execução dos serviços contratados; se não tem responsabilidade, isso é matéria pertinente ao mérito. 5. Embora distintos os contratos, nada

Superior Tribunal de Justiça

impede a cumulação das demandas, pois há um contexto único dos fatos, a recomendar unidade de colheita de prova e realização de julgamentos simultâneos, o que atende ao princípio da economia processual e objetiva alcançar harmonia de soluções. 6. A prova pericial, que compreendeu dois laudos especializados, permite a conclusão de que efetivamente houve falha de projeto, de execução dos serviços e de fiscalização, de onde advém a constatação de que os réus devem responder solidariamente pela reparação, porque figuram na relação de causalidade. 7. A reparação pelos danos de ordem material deve ficar limitada aos valores apurados pelos peritos, destinados a atender os custos de material e mão de obra necessários à eliminação dos problemas decorrentes das falhas na prestação dos serviços. Não se justifica a pretendida restituição dos valores pagos a título de contraprestação. 8. O indevido retardamento da obra causou sério transtorno aos autores, que se viram impossibilitados de fazer uso do imóvel. Além disso, as falhas de projeto, execução dos serviços e de fiscalização determinaram sérias consequências, gerando a impossibilidade de utilização adequada do imóvel, sujeitando os autores às consequências decorrentes das graves infiltrações. A 2ª situação de desconforto propiciada, com a agravante de se tratar de uma pessoa que a ela se sujeitou a autora, pessoa de idade avançada e com problemas de saúde, constitui fator que evidencia a ocorrência de lesão extrapatrimonial, a justificar o acolhimento do pleito de reparação, fixada a indenização em R\$ 25.000,00 para cada um dos demandantes." (e-STJ fls. 2.491/2.493).

Opostos embargos de declaração por NEWENG CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA - ME E RUI VALDIR LEOTO (e-STJ fls. 2.515/2.518) e MARCELO DOMINGUES FERREIRA (e-STJ fls. 2.521/2.530), esses foram rejeitados com a observação de que foi deferido, ao embargante Marcelo, o benefício da gratuidade de justiça, sem eficácia retroativa" (e-STJ fl. 2.544).

Em sede de recurso especial, o recorrente alega o malferimento dos artigos 14 e 25 do Código de Defesa do Consumidor; e 265 do Código Civil/2002, sustentando que não há responsabilidade solidária entre o arquiteto responsável pelo projeto e acompanhamento da obra e o empreiteiro, destacando que:

"[...] deveria ser verificado qual dano foi efetivamente causado pelo projeto e acompanhamento supostamente deficientes e qual foi causado pela má execução da obra, atribuindo-se a

Superior Tribunal de Justiça

cada um dos demandados sua responsabilidade subjetiva e não a responsabilidade solidária sobre os danos." (e-STJ fl. 2.577).

Indica dissídio jurisprudencial quanto à matéria.

Acrescenta o recorrente que:

"[...] era pago por visita que realizava, tendo visitado poucas vezes a obra por escolha dos Recorridos, que preferiram economizar nos honorários de acompanhamento, e jamais se responsabilizou por dirigir as atividades dos demais demandados na obra e tampouco por fazer com que cumprissem os prazos determinados no contrato assinado entre eles e os recorridos" (e-STJ fls. 2.591/2.592).

Nessa toada, também afirma que "somente pode ser responsabilizado pelos danos decorrentes de seu projeto e não por qualquer dano ocasionado pelas ações dos demais demandados, e vice-versa" (e-STJ fl. 2.593).

Contrarrazões de JOSÉ CARLOS STANGARLINI e LYDIA MARIA STANGARLINI às e-STJ fls. 2.621/2.643.

Dei provimento ao agravo para determinar a sua autuação como recurso especial (e-STJ fls. 2.731/2.734).

Os autos retornaram-me conclusos para julgamento (cf. e-STJ fl. 2.738).

É o relatório.

Passo a decidir.

No que toca à controvérsia desenvolvida no presente recurso especial, a Corte recorrida assim decidiu, a teor do seguinte fragmento extraído do aresto integrativo:

"Prosseguindo, agora com relação aos embargos oferecidos pelo corréu Marcelo, impõe-se observar que o julgado reconheceu a existência da responsabilidade solidária, como decorrência da constatação de os danos decorreram da atuação de todos os réus. Expressou-se o convencimento de que ele foi contratado para realizar o projeto arquitetônico e fiscalizar a sua execução, e, tal como os demais, não cumpriu a contento a prestação a que se obrigou, pois houve efetivamente atraso e não se alcançou o resultado de qualidade e segurança esperados. Todos se colocaram na relação de causalidade, daí decorrendo, portanto, o reconhecimento da responsabilidade

solidária, como consequência desse fato. Embora sejam contratos distintos, eles se entrelaçam na medida em que houve a realização conjunta das atividades; e a verdade é que o dano decorreu de falha na realização do projeto, na execução dos serviços e na fiscalização destes, ou seja, todos se encontram igualmente situados na relação de causalidade, a justificar a responsabilidade solidária, na forma do artigo 14, c.c. artigo 25, § 1.º, do Código de Defesa do Consumidor.

Expressou o julgado, portanto, o convencimento quanto à responsabilidade desse embargante com base no conjunto probatório, de forma suficientemente fundamentada. [...].

Assim, não há como falar em ofensa ao artigo 265 do Código Civil, pois existe norma legal a amparar o reconhecimento da responsabilidade solidária. De igual modo, não existe fundamento para falar em ofensa ao artigo 2º, da Lei 12.378/76, pois o que importa para a solução do conflito é o fato de que houve a efetiva contratação dos serviços na forma indicada, cuja demonstração se reconheceu, de onde advém o reconhecimento da responsabilidade." (e-STJ fls. 2.548/2.549, grifei).

Nesse contexto, elidir as conclusões da Corte local - a fim de se acolher a tese recursal de não configuração da responsabilidade solidária - demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência esta vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Por derradeiro, tendo o Colegiado local concluído com base no conjunto fático-probatório dos autos, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, providência inviável na via eleita por força do enunciado n. 7/STJ.

Ao ensejo:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BURACO EM RODOVIA. NEXO CAUSAL. INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIDA.

[...]

3. A incidência da referida Súmula 7 impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os

Superior Tribunal de Justiça

paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.522.864/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 2/6/2015, grifei).

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEXO DE CAUSALIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando a Corte de origem decide a controvérsia de forma clara e fundamentada, ainda que contrariamente ao interesse da parte, sendo desnecessária a manifestação sobre todos os argumentos suscitados pelo recorrente.

2. A Corte de origem, amparada no acervo probatório dos autos, asseverou que o nexo de causalidade entre a conduta omissiva estatal e os supostos danos suportados pela parte autora não estava configurado, de maneira que rever tal conclusão demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1224477/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 09/04/2018).

Ainda que assim não fosse, o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029, § 1.º, do CPC/2015, e 255, § 1º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. No caso, não houve o devido cotejo entre o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido e os paradigmas indicados.

Assim, a pretensão recursal não merece amparo.

Ante o exposto, com base no art. 932, incisos III, do Código de Processo Civil/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

A teor do artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 2,5% (dois e meio por cento) os honorários sucumbenciais fixados na origem a cargo do aqui recorrente, observada a suspensão da sua exigibilidade em virtude da concessão da justiça gratuita, a teor do artigo 98, § 3.º, do CPC/2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator